



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0014008-84.2010.8.26.0566 - 2010/000578**
 Classe - Assunto: **Crime de Estelionato e Outras Fraudes (Arts. 171 A 179, Cp) - Estelionato**
 Documento de Origem: **79/2010 - 5º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **Marcelo Icaro Monte Victure**
 Data da Audiência: **16/06/2014**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de Marcelo Icaro Monte Victure, realizada no dia 16 de junho de 2014, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apreogados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a ausência do acusado, mas a presença do Defensor **DR. FERNANDO PADILHA GURIAN - OAB 279970/SP**. Iniciados os trabalhos o MM. Juiz declarou a revelia do acusado, tendo em vista que mudou-se de residência e não comunicou novo endereço ao juízo, nos termos do artigo 367, parte final, do Código Penal. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra Marcelo Icaro Monte Victure pela prática de crime de estelionato. Instruído o feito, requeiro a improcedência. Em que pese ter ficado apurado nos autos de que o terreno entregue a Danilo Gordinho através do acusado Marcelo, transação efetuada através do contrato juntado às fls. 09/11, fora posteriormente vendido para terceiro, lavrando escritura publica e registrando-se a transação no cartório de imóveis, o certo é que existem dúvidas quanto a existência de fraude na venda para o segundo adquirente. É que os autos demonstram que haviam negociações entre Marcelo e Danilo, e também com Jose Francisco Rolland Neto, padrasto deste último, sendo que é interessante anotar que este afirmou textualmente que essas transações se davam por meio de recebimento de cheques. Rolland afirmou em juízo que tinha um bolo de cheques de Marcelo. A existência de transações entre as partes, com a alegação por parte da defesa de que parte dessa dívida foi quitada, dificulta a caracterização da fraude exigida na tipificação penal. Ora, se haviam transações comerciais, cuja natureza não ficou totalmente esclarecida, entre as partes, o certo é que a alegação de quitações parciais retira a princípio, a fraude citada. Restam aos envolvidos a discussão civil desta dívida. No âmbito criminal, diante das informações colhidas, é prudente não se reconhecer a fraude que consistiu na venda do mesmo bem duas vezes. Ainda que tal fato tenha ocorrido, há justificativa para o procedimento adotado pelo acusado e diante dos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

diversos negócios que envolviam as partes, não se pode reconhecer que Marcelo tenha fraudado a venda, já que como dito, as negociações entre as partes eram contínuas. Diante desse quadro, citando a prudência novamente, entendo que a absolvição é o melhor caminho a ser adotado pelo juízo. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: Requeiro a apresentação das alegações finais através de memoriais ora apresentados. A seguir o MM. Juiz deferiu a juntada dos memoriais e proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc.** Marcelo Icaro Monte Victure, qualificado, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 171, *caput*, do *Código Penal*, sob a acusação de que em dia, horário e local constante da inicial praticou o crime de estelionato. Foi citado, interrogado, colhendo-se os depoimentos da vítima e de cinco testemunhas. Em alegações finais o Ministério Público pediu a improcedência no que foi seguido pela defesa. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos por ambas as partes e os tomo como minhas razões de decidir, para fundamentar a impossibilidade de embasamento de um decreto penal condenatório. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu Marcelo Icaro Monte Victure da imputação de ter violado o disposto no artigo 171, *caput*, do *Código Penal*, com base no artigo 386, VII, do C.P.P. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Registre-se e comunique-se. Nada mais. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensor: